A ABORDAGEM CONTEXTUAL*

■VINCENT BERDOULAY

RESUMO:

AS PÁGINAS QUE SE SEGUEM DESTINAM-SE A CONTRIBUIR PARA A ELABORAÇÃO DE UMA ABORDAGEM CONTEXTUAL À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA. INICIALMENTE, ENFATIZA-SE A IMPORTÂNCIA DE SE CONSIDERAR O CONTEXTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. DEPOIS, É EXAMINADA, À LUZ DE HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA, A DIFICULDADE DE ESTABELECER COMO O CONTEXTO INFLUENCIA O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA, PARA QUE, FINALMENTE, A NATUREZA DE UMA ABORDAGEM CONTEXTUAL SEJA DELINEADA EM SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.

PALAVRAS-CHAVE: ABORDAGEM CONTEXTUAL, HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA, NATUREZA DA GEOGRAFIA

A história da geografia é um repositório de idéias sobre a relação entre homem e natureza. Ela é um relato da experiência do homem tentando compreender seu mundo. Em outras palavras, reflete amplamente o desenvolvimento da consciência humana. Assim, é compreensível que a história da geografia possa estar ideologicamente carregada e que tenha recebido interpretações variadas e conflitantes. Tudo isso indica um desejo crescente, entre os geógrafos, de entender melhor o contexto atual do desenvolvimento das idéias e instituições geográficas. Contudo, ainda não foi esclarecida a metodologia através da qual tal preocupação deva ser abordada.

Muitas vezes se lê que um geógrafo foi "influenciado" por outro. Esta questão da assim chamada influência pode ser bastante enganosa. Na verdade, uma abordagem baseada nesse tipo de preocupação corre o risco de ser assolada por todas as armadilhas associadas à ênfase colocada na evolução linear das idéias. Ela se baseia em suposições de que filósofos e historiadores da ciência criticaram facilmente por sua tendenciosidade positivista (AGASSI, 1963; HAHN, 1965). Muito surpreendentemente, essas suposições continuam bastante difundidas entre o público em geral e até entre os próprios cientistas.

Essas suposições envolvem a crença em um desenvolvimento contínuo da ciência, pela acumulação de fatos, de descobertas e de conhecimento científico. A tarefa, então, é traçar a progressiva vitória da verdade sobre o erro, ou das "boas" idéias sobre as "más", e da emergência inevitável de idéias científicas verdadeiras a partir de fatos. A preocupação do historiador da ciência, assim, é a quem se deve render culto. O erro é visto como algo maléfico, que atrapalha o desenvolvimento da ciência; conseqüentemente, pouca atenção é dada a contextos históricos ou ambiências intelectuais, de vez que o foco está assentado na evolução interna de cada ciência.

Essas posições ingenuamente positivistas estão, não obstante, presentes entre os geógrafos. Por exemplo, a variedade de tendências da pesquisa geográfica na segunda metade do século XIX raras

vezes é considerada como uma questão significativa. De fato, a tendência que tornou-se dominante no sistema universitário – como a de Vidal de la Blache, na França – é considerada como a principal corrente da melhor pesquisa, como a tendência "boa", "superior" (ex.: MEYNIER, 1969, CLAVAL; NARDY, 1968). Assim, o passado é explicado à luz do presente: esta é uma interpretação teleológica que ignora ou negligencia o problema de explicar o relativo fracasso de outras tendências. Os trabalhos de Richard Hartshorne (1939, 1968) – por mais atentos que possam ser – fornecem um bom exemplo das armadilhas dessa abordagem. Logo que o autor identificou qual era a "boa" ou "correta" idéia de geografia, ele a remonta a Kant, Humboldt e Ritter. As outras tendências que não se conformam a esse modelo são vistas simplesmente como desvios. O trabalho de V. A. Anuchin (1977) foi prejudicado por uma abordagem semelhante. Ele mostra a marcha vitoriosa do conceito materialista (correto) de geografia, sobre os conceitos idealistas (logo, errados) da disciplina.

Esse tipo de abordagem continuou sendo difundido entre os profissionais da geografia, como é freqüentemente evidenciado nos parágrafos introdutórios de artigos escritos por autores que estiveram associados com a "revolução quantitativa". Afirma-se que a construção de teorias ou modelos baseados em técnicas quantitativas é a única abordagem válida, porque ela permite uma rápida acumulação de conhecimento e porque se baseia em um desenvolvimento interno da disciplina rigoroso, isento de valores e lógico. Nos exemplos acima, a história da geografia é interpretada e distorcida a fim de justificar posições metodológicas ou epistemológicas específicas.

Outras abordagens procuraram ser pluralistas: diversas "tradições" ou "correntes" geográficas são identificadas, e sua respectiva evolução é mapeada ao longo da história (ex.: PATTISON, 1964; HAGGET, 1965). Contudo, uma certa perspectiva decorre do fato de abordagem similar ter sido utilizada na história da ciência, e de suas fraquezas terem sido demonstradas. Desenvolvida na virada do século na Europa, particularmente na França, por autores como Henri Poincaré (1902, 1905) e Pierre Duhem (1906), essa abordagem às vezes é denominada de "convencionalismo", no sentido de que ela realça a natureza convencional das teorias. Ela estava ligada a um ressurgimento da filosofia de Kant, através da qual foram introduzidas críticas dos pressupostos positivistas da abordagem acima descrita. A este respeito, ela teve o mérito de rejeitar a idéia de que algumas tendências são cientificamente superiores a outras, e a crença empirista de que teorias científicas emergem exclusivamente dos fatos. Estas últimas, de acordo com essa filosofia, eram classificadas em teorias particulares, com base na simplicidade e conveniência. Em decorrência, para o historiador da ciência, a ênfase repousava ainda no contínuo desenvolvimento de idéias, mas todas as correntes científicas do passado eram consideradas dignas de investigação.

Embora essas perspectivas sobre a história da ciência sejam mais sofisticadas que as anteriores, elas continuam ignorando as questões das descontinuidades na evolução das idéias, a interação entre várias correntes ou tradições científicas, as reais condições de desenvolvimento da pesquisa no passado (não havia como predizer o sucesso futuro de teorias concorrentes), e os fatores de mudança que não eram "internos" à ciência. Isso não significa

dizer que estudos sobre a genealogia de idéias específicas (explicitamente retiradas de seu contexto) não possam ser extremamente gratificantes, como demonstram claramente os trabalhos de Arthur Lovejoy (1942) ou Clarence Glacken (1967). Eles evidenciam a persistência de algumas idéias na história do mundo ocidental e, ao fazerem isso, as realçam em uma nova perspectiva. Não obstante, essa abordagem não se destina a analisar sistemas científicos de pensamento de um período de tempo relativamente curto. E muitas vezes, na história da geografia, é isso que é preciso fazer.

Na verdade, cada vez mais se reconhece que fatores "externos" ao desenvolvimento do pensamento geográfico devem receber a devida consideração (HOOSON, 1968; CLAVAL, 1972; GRANÖ, 1977). Isto, de fato, está de acordo com as preocupações epistemológicas contemporâneas (THUILLIER, 1972). Permanece, contudo, a necessidade de se definir uma metodologia adequada. A este respeito, as lições que se pode retirar da historiografia da ciência são bastante úteis. Examinaremos agora algumas de suas tendências mais relevantes.

Uma abordagem consistiu em enfatizar o papel do *Zeitgeist*, considerado como determinante da maneira como cientistas e intelectuais vêem e lidam com o mundo – como J. Burckhardt (1860) fez em seu famoso livro sobre a Renascença Italiana. Essa abordagem tem o mérito de mostrar a interdependência de uma ciência com o pensamento da mesma época. Mas ela foi criticada por sua tendência tautológica e, pois, por seu fraco poder explanatório. Além disso, essa abordagem está muito distante da lógica interna da ciência, da interação de teorias de pequena escala, hipóteses e técnicas. A visão de mundo de um cientista fornece uma explicação para seu quadro de referência, mas não pode justificar todas as iniciativas específicas tomadas por ele. Assim, essa abordagem não pode responder pelas inúmeras tendências de pesquisa que sobrevivem, ou aparecem, em discordância com aquelas que correspondem ao *Zeitgeist*. Isso pode explicar por que, na história da geografia, o recurso ao *Zeitgeist* raramente foi além do nível de breves insinuações: ele não resistiria facilmente ao exame profundo da variedade de correntes de pesquisa em qualquer época. Não obstante, continua desejável a pesquisa com base em tais ligações e, a esse respeito, foram realizadas algumas tentativas dignas de nota (ex.: DAINVILLE, 1940; LUKERMANN, 1965; BÜTTNER, 1973).

Outra abordagem, que apresenta mais similaridades com a anterior do que se pensaria inicialmente, consiste em salientar as condições socioeconômicas de uma época para explicar a emergência de novas idéias científicas. Inúmeras contribuições, geralmente de inspiração marxista, apareceram desde o período entre as guerras (ex.: BUKHARIN et al., 1931; HALDANE, 1939; BERNAL, 1954). Essa abordagem tem o mérito de colocar novas questões, de explorar o lugar da ciência na estrutura total da sociedade. Mas uma crítica semelhante à da abordagem *Zeitgeist* pode ser feita: a dificuldade de estabelecer relações precisas entre as condições (socioeconômicas) gerais e os desenvolvimentos específicos, internos, de uma ciência. Os numerosos e fortes ataques contra a famosa tentativa de Hessen (1931) de explicar a ciência newtoniana pelo seu condicionante socioeconômico são um bom exemplo disso (ver BUTTERFIELD, 1950).

Aqui também as histórias da geografia evidenciam bastante cautela quanto a essas questões, embora não haja falta de insinuações, especialmente no que diz respeito ao impacto do colonialismo ou do capitalismo sobre o pensamento geográfico. Os ensaios de TRICART (1953, 1956) e LACOSTE (1976) estão entre os raros exemplos da aplicação – se bem que incompleta – desse tipo de abordagem, e na verdade são muito prejudicados pelas vastas generalizações neles encontradas. Para evitar o determinismo simplista que costuma infestar esses trabalhos, uma solução é limitar a abordagem a separar as idéias (ou a lógica interna da ciência) das condições socioeconômicas. Estas últimas são vistas então como meras barreiras ao desenvolvimento "normal" da ciência (ex.: NEEDHAM, 1954). Mas isso se limita a estabelecer uma distinção estrita entre fatores "externos" e "internos" na evolução científica, isto é, basear a dinâmica da ciência em suposições hesitantes e muito desacreditadas (LÉCUYER, 1968; KUHN, 1968). Além disso, esse efeito constritor de fatores externos sobre internos lembra o determinismo simplista que foi defendido sem muito sucesso por Griffith Taylor (1957) e, assim, não anima o historiador do pensamento geográfico a voltar-se para esse tipo de abordagem.

Contribuições recentes à correlação de idéias entre ciência e sociedade procuraram destacar a dimensão humana da ciência. Isso foi realizado enfatizando-se a existência de descontinuidades na evolução científica (BACHELARD, 1953; KOYRÉ, 1939), ou na natureza social e cognitiva da esquisa científica (PIAGET, 1967; KUHN, 1970; GUSDORF, 1966; FOUCAULT, 1966, 1969). A interpretação e apresentação dessas idéias por Thomas Kuhn tornou-se popular entre geógrafos (ex.: CHORLEY; HAGGETT, 1967; BERRY, 1973), embora não tenha sido feita sua aplicação abrangente à história da geografia. Isso não deve constituir uma surpresa, na medida em que há muitas dificuldades epistemológicas e históricas com a própria noção de paradigma (LAKATOS; MUSGRAVE, 1970) para que se espere uma aplicação das idéias de Kuhn a um campo de investigação específico, limitado (ex.: EDGE; MULKAY, 1976), especialmente às ciências não-naturais (que não foram consideradas no famoso livro de Kuhn). Não obstante, a importância da contribuição de Kuhn foi acentuar a natureza social-cognitiva da ciência e propor um modelo de sua dinâmica social. Ela não chegou, contudo, a fornecer uma orientação para colocar a ciência em seu contexto social total. Outras contribuições se aproximaram mais desse objetivo, como a de Gusdorf sobre os "modelos de inteligibilidade" de uma época, ou a de Foucault sobre a *"epistéme"* que subjaz à atividade científica. Mas isso ocorreu devido àquilo que, na minha opinião, é a contribuição mais importante de Kuhn: sua preocupação com a dinâmica social da mudança científica.

De modo a incluir as perspectivas acima mencionadas, é necessário levar em consideração todas as determinações sociológicas do conhecimento científico. Ao longo desse caminho, algum auxílio é oferecido pela sociologia da ciência. Trata-se de um campo relativamente recente de estudo que, através do estudo de comunidades científicas, da resistência a inovações e da organização do ensino e da pesquisa científica em vários países, procura compreender quais são as condições mais favoráveis para o desenvolvimento da ciência (BEN-DAVID, 1970; MERTON, 1973).

A convergência desses interesses com os de planejadores e historiadores da ciência levou a uma profusão de novas publicações sobre aquilo que freqüentemente é chamado de ciência da ciência, ou estudo social da ciência (HAHN, 1975). Deste modo, ela levanta questões interessantes que mal foram abordadas na literatura sobre a história da geografia, tais como o *status* desigual da geografia entre os países; a situação da geografia em "países em desenvolvimento"; a difusão de conceitos geográficos através das fronteiras; o deslocamento, de um país para outro, ao longo do tempo, de centros inovadores; e o papel de várias instituições influenciando a orientação da pesquisa geográfica. Contudo, há uma ênfase deliberada sobre as condições exclusivamente externas do desenvolvimento científico, e as mesmas críticas feitas aos trabalhos de inspiração marxista, que discutimos acima, podem ser feitas a essa abordagem. Um número expressivo de estudiosos estão agora tentando afastar-se dessa tendência "externalista" (HAHN, 1975; LÉCUYER, 1976). Dedica-se mais atenção ao conteúdo do conhecimento científico, e investiga-se sua dependência aos processos sociais. Em outras palavras, é o próprio conhecimento científico, e não apenas a taxa ou a direção de seu crescimento, que é visto como um produto social (MULKAY, 1978).

Um aspecto da sociologia da ciência – o estudo da institucionalização das inovações – pode ser tratado como um elo intermediário valioso nas relações entre o desenvolvimento do pensamento geográfico e seu contexto social (BERDOULAY, 1980). Pesquisas importantes – embora bastante "externalistas" – sobre as ciências sociais têm sido feitas por autores como Ben-David (1970, 1971), Oberschall (1965) e Clark (1968, 1973). Assim, chamam a atenção para considerações, tais como os fatores que influenciam o grau de aceitação de uma inovação, o estabelecimento de atividades profissionais (ex.: periódicos), a definição do novo *status* associado à inovação, as etapas de institucionalização e a presença de grupos concorrentes de cientistas. O estudo da institucionalização – como um processo – auxilia a trazer o foco de pesquisa para a conjunção dos fatores internos e externos.

Em vista desta revisão e discussão de alguns pontos relevantes da historiografia, uma abordagem contextual pode ser formulada, acompanhando uma série de orientações metodológicas, como segue.

Inicialmente, há dois pressupostos fundamentais sobre os quais esta abordagem se baseia. O primeiro é o de que existem sistemas de pensamento em mudança, assim como há continuidade de determinadas idéias. Mas esta visão não implica que um sistema de pensamento deva ser atribuído *a priori* a cada período histórico ou a cada grupo social. O segundo pressuposto não é menos exigente: não há dicotomia radical entre fatores internos e externos da mudança científica. Esses fatores devem ser vistos apenas como dois pontos de um *continuum*, sem nenhuma distinção bem definida. Deve-se ter em mente que estes dois pressupostos receberam considerável apoio histórico, e também filosófico (ex., Vid. TOULMIN, 1972).

Em segundo lugar, a abordagem contextual não deve desconsiderar nenhuma tendência geográfica, mesmo que algumas delas não tenham sobrevivido. A questão é começar a pesquisar sem atribuir qualquer superioridade intelectual a uma tendência ou a outra. Pode-se mesmo descobrir, mais tarde,

que as razões que estão por trás de um insucesso ou falta de futuro podem ser essencialmente sociológicas ou políticas. É neste aspecto, seguramente, que a maioria das histórias da geografia se revela tendenciosa. Elas adotam uma perspectiva quase-"oficial", que reforça as idéias preconcebidas ou os preconceitos do passado. Assim, trabalhos interessantes são não apenas ignorados, como o historiador da geografia também se priva de elementos que lhe permitiriam compreender o significado básico da tendência que ganhou primazia. É exatamente este tipo de preocupação conceitual, por exemplo, que me permitiu desvelar a profundeza epistemológica da contribuição de Vidal de la Blache para a geografia (BERDOULAY, 1976, 1978).

Em terceiro lugar, são necessários a identificação e o estudo aprofundado das principais questões que envolvem uma sociedade, mesmo que algumas delas não pareçam, à primeira vista, ter influenciado a evolução de idéias geográficas. Por exemplo, a bastante negligenciada questão da ética numa sociedade em mudança vem se revelando de importância fundamental na formação da geografia francesa na virada do século. Somente o tipo de reflexões que essa questão proporcionou e o tipo de resposta que foi proposta permitem compreender as posições sociogeográficas dos estudiosos franceses envolvidos (BERDOULAY, 1974). Assim, áreas de pesquisa virgens foram abertas por uma fonte de pensamento geográfico por muito tempo não reconhecida.

Em quarto lugar, como as tendências geográficas têm alguma base sociológica, é importante não adotar um conceito de "comunidade científica" tão estreito como o encontrado freqüentemente na sociologia da ciência. Apenas a identificação de elos entre cientistas não é suficiente para explicar o contexto da pesquisa geográfica ou a existência de diversas tendências. É imperativo colocar maior ênfase em ideologias do que em instituições. Qualquer estudioso pertence ao que pode ser chamado de "círculo de afinidades", que abrange mais do que uma comunidade científica. Ele inclui especialistas de disciplinas muito diversas, assim como políticos ou intelectuais cujas posições quanto a questões sociais são conhecidas. Esta é a única forma de analisar as idéias de geógrafos que parecem isolados, mas cujo círculo de afinidades é muito revelador. O que é significativo para se compreender seu pensamento geográfico não é tanto a sua falta de contato com uma comunidade de geógrafos, mas as inclinações ideológicas que os colocam em contato com não-geógrafos. Exemplos marcantes são o de Elisée Reclus, cujo círculo de afinidades incluía, entre outros, inúmeros anarquistas, e o de Emile Levasseur, cujas ligações com grupos de economistas, estatísticos e reformadores sociais não foram bem avaliadas (ver a contribuição de Nardy em CLAVAL; NARDY, 1968, e BERDOULAY, 1974).

Finalmente, a abordagem consiste menos em examinar a possível "influência" de uma idéia do que em verificar as razões que estão por trás da "demanda" ou "uso" dessa idéia. Toulmin (1972) chegou a uma conclusão similar nas suas reflexões filosóficas sobre conhecimento. O contexto, então, explica melhor a originalidade da síntese de uma série particular de idéias sustentadas por um indivíduo ou um grupo, embora qualquer uma dessas idéias, tomada em separado, possa não ser nova ou inovadora.

A abordagem contextual, quase sem formalização como se encontra, serve como uma moldura abrangente para analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com o contexto no qual o

cientista está situado. Desatando os elos que unem a mudança no pensamento geográfico ao seu contexto, estaremos na melhor posição para avaliar, e aprender com, as contribuições criativas de indivíduos notáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSI, J. Towards an historiography of science. *History and Theory*, Cambridge, v. 2, p. 1-117, 1963.

ANUCHIN, V. A. *Theoretical problems of geography*. Ohio: Columbus, 1977. Translation of *teoreticheskie problemy geografii*, 1960.

BACHELARD, G. *Le matérialisme rationnel*. Paris: PUF, 1953.

BEN-DAVID, J. Introduction. *International Social Science Journal*, v. 22, n. 1, p. 7-27, 1970. Special issue on the sociology of science.

_____. *The scientist's role in society*. A comparative study. New Jersey: Englewood Cliffs, 1971.

BERDOULAY, V. *The emergence of the French school of geography*. Ph.D. dissertation – University of California, Berkeley, 1974.

_____. French possibilism as a form of neo-Kantian philosophy. *Proceedings of the Association of American Geographers*, New York, v. 8, p. 176-79, 1976.

_____. The Vidal-Durkheim debate. In: LEY, D.; SAMUELS, M. (eds.). *Humanistic geography*: Prospects and problems. London: Croom Helm, 1978. p. 77-90.

_____. Professionnalisation et institutionnalisation de la géographie. *Organon* 14, 1980. p. 149-56.

BERNAL, J. D. *Science in history*. London: Prentice-Hall (UK), 1954.

BERRY, B. J. L. A paradigm for modern geography. In: CHORLEY, R. J. (ed.). *Directions in geography*. London: Prentice-Hall (UK), 1973. p. 3-21.

BUKHARIN, N. I. et al. *Science at the cross roads*. London: Prentice-Hall (UK), 1931.

BURCKHARDT, J. *Die Cultur der Renaissance in Italien, ein Versuch*. Basel: Universitats Verlag, 1860.

BUTTERFIELD, H. *The origins of modern science*. New York: Wiky, 1950.

BUTTNER, M. *Die Geographia Generalis vor Varenius: geographisches Weltbild und Providentiallehre*. Erdwissenschaftlische Forschung 7: Wiesbaden, 1973.

CHORLEY, R.; HAGGETT, P. Models, paradigms and the new geography. In: CHORLEY, R.; HAGGETT, P. (eds.). *Models in geography*. London: Polity Press, 1967. p. 19-41.

CLARK T. N. Institutionalization of innovation in higher education: Four models. *Administrative Science Quarterly*, New Jersey, v. 13, p. 1-25, 1968.

_____. *Prophets and patrons*: the French university and the emergence of the social sciences. Cambridge: Mass, 1973.

CLAVAL, P. *La pensée géographique*. Introduction à son histoire. Paris: PUF, 1972.

_____; NARDY, J. P. *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de la Blache*. Paris: PUF, 1968.

DAINVILLE, F. de. *La géographie des humanistas*. Paris: PUF, 1940.

DUHEM, P. *La théorie physique, son objet et sa structure*. Paris: PUF, 1906.

EDGE, D. O.; MULKAY, M. J. *Astronomy transformed*. New York: 1976

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: PUF, 1966.

_____. *L'archéologie du savoir*. Paris: PUF, 1969.

GLACKEN, C. *Traces on the Rhodian shore. Nature and culture in Western thought from ancient times to the end of the eighteenth century*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1967.

GRANÖ, O. Geography and the problem of the development of science. *Terra*, Finnish ad English texts, v. 89, n. 1, p. 1-9, 1977.

GUSDORG, G. *De l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*. Paris: Armand Colin, 1966.

HAGGETT, P. *Locational analysis in human geography*. New York: Wiky, 1965.

HAHN, R. Reflections on the history of science. *Journal of the history of philosophy*, New York, v. 3, p. 235-42, 1965.

_____. New directions in the social history of science. *Physis*, New York, v.17, n. 3-4, p. 205-18, 1975.

HALDANE, J. B. S. *The Marxist philosophy and the science*. New York: Wiky, 1939.

HARTSHORNE, R. The Nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 29, p. 171-658, 1939.

_____. The concept of geography as a science of space from Kant and Humboldt to Hettner. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 48, p. 97-108, 1968.

HESSEN, B. M. The social and economic roots of Newton's *Principia*. In: BUKHARIN, N. I. et al. *Science at the cross roads*. London: Prentic-Hall, 1931. p. 151-76.

HOOSON, D. The development of geography in pre-Soviet Russia. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 58, p. 250-72, 1968.

KOYRÉ, A. *Etudes galiléennes*, 3 vols. Paris: PUF, 1939.

KUHN, T. History of science. *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, v. 14, p. 74-83, 1968.

_____. *The structure of scientific revolutions*. 2 ed. Chicago: Chicago Press, 1970.

LACOSTE, Y. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: PUF, 1976.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (eds.). *Criticism and the growth of knowledge* Cambridge: Cambridge Press, 1970.

LÉCUYER, B. P. Histoire et sociologie de la recherche sociale empirique: problèmes de théorie et de méthode. *Epistémologie sociologique*, Paris, v. 6, p. 119-31, 1968.

_____. Le système mertonien de sociologie de la science: genèse, ramifications, contestation. *Bulletin de la Société Française de Sociologie*, Paris, v. 3, n. 6, p. 3-21, 1976.

LOVEJOY, A. *The great Chain of being: a study in the history of an idea* Cambridge: Cambridge Press, 1942.

LUKERMANN, F. The 'Calcul des probabilités' and the 'Ecole Française de Géographie'. *Canadian Geographer*, Prentice Hall Canada Inc., v. 9, p. 128-37, 1965.

MERTON, R. K. *The sociology of science*. Chicago: Chicago Press, 1973. Edited and with an introduction by N. W. Storer.

MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique en France* (1872-1969). Paris: Armand Colin, 1969.

MULKAY, M. J. Consensus in science. *Social Science Information*, Paris, v. 17, n. 1, p. 107-22, 1978.

NEEDHAM, J. *Science and civilization in China*, several vols. Cambridge: Cambridge Press, 1954.

OBERSCHALL, A. *Empirical social research in Germany*, 1848-1914. Paris, The Hague: Poitiers, 1965.

PATTISON, W. D. The four traditions of geography. *Journal of Geography*, New York, v. 5, p. 211-16, 1964.

PIAGET, J. (ed.). *Logique et connaissance scientifique*. Paris: PUF, 1967.

POINCARÉ, H. *La science et l'hypothèse*. Paris: PUF,1902.

_____. *La valeur de la science*. Paris: PUF, 1905.

TAYLOR, G. (ed.). *Geography in the twentieth century*. London: Routledge, 1957.

THUILLIER, P. *Jeux et enjeux de la science*. Essai d´épistémologie critique Paris: Armand Colin, 1972.

TOULMIN, S. *Human understanding*. V. 1. London: Routledge, 1972.

TRICART, J. Premier essai sur la géomorphologie et la pensée marxiste. *La Pensée*, Paris, v. 47, p. 62-72, 1953.

_____. La géomorphologie et la pensée marxiste. *La Pensée*, Paris, v. 69, p. 3-24, 1956.

Notas

* Publicado originalmente como *The Contextual Approach*, em *Geography, Ideology and Social Concern*, organizado por D.R. Stoddart. London: Blackwell, 1981. Traduzido para a língua portuguesa por Márcia Trigueiro.

ABSTRACT:

THE FOLLOWING PAGES HAS THE PROPOSE OF A CONTRIBUITION TO THE ELABORATION OF A CONTEXTUAL APPROACH. THE IMPORTANCE OF LOOKING AT THE CONTEXT OF GEOGRAPHICAL THOUGHT IS FIRST UNDERLINED. THEN THE DIFFICULTY OF BRINGING THE CONTEXT TO BEAR ON THE DEVELOPMENT OF GEOGRAPHY IS EXAMINED IN THE LIGHT OF THE HISTORIOGRAPHY OF SCIENCE SO THAT, FINALLY, THE NATURE OF A CONTEXTUAL APPROACH IS OUTLINED IN ITS MAIN FEATURES.

KEYWORDS: CONTEXTUAL APPROACH, THE HISTORIOGRAPHY OF SCIENCE, NATURE OF GEOGRAPHY.